

***Licenciatura  
2014-2015***

***CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA***

*Unidade Curricular Optativa – 4.º Ano*

*1.º Semestre (Dia) – 2.º Semestre (Noite)*

***PROFESSOR REGENTE: PROF.ª DOUTORA MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA***

***O Contencioso da União Europeia após o Tratado de Lisboa  
Judicial Review in the European Union after the Treaty of Lisbon***

***Sumário – Summary***

Estudo do sistema jurisdicional da União Europeia e dos meios contenciosos existentes na Ordem Jurídica da União Europeia após o Tratado de Lisboa e sua relação com as Ordens Jurídicas nacionais, a Ordem Jurídica portuguesa e com a Justiça Internacional universal e regional.

Study of the judicial review in the European Union after the Treaty of Lisbon and its main instruments within the European Union Legal Order, as well as its relationship with the Portuguese legal order and International Justice.

## Divisão Académica

### Programa

#### *Componente lectiva*

1. O contencioso da União Europeia à luz do Tratado de Lisboa
  - 1.1 Noção e objeto do contencioso da União Europeia
  - 1.2 A reconfiguração da União Europeia decorrente do Tratado de Lisboa e a sua repercussão sobre o contencioso da União Europeia
  
2. As bases jurídicas do contencioso da União Europeia
  - 2.1 O Direito originário
  - 2.2 O direito derivado
  - 2.3 Outros actos
  
3. O Tribunal de Justiça da União Europeia após o Tratado de Lisboa: caracterização geral
  - 3.1 Jurisdição e competência
  - 3.2 O Tribunal de Justiça: composição, estatuto, organização e funcionamento
  - 3.3 O Tribunal Geral: composição, estatuto, organização e funcionamento
  - 3.4 Os Tribunais especializados – o Tribunal da Função Pública da União Europeia: composição, estatuto, organização e funcionamento
  
4. A competência *ratione materiae* do Tribunal de Justiça da União Europeia e os domínios materiais abrangidos nas atribuições da União
  - 4.1 Enquadramento
  - 4.2 As disposições relevantes
  - 4.3 A competência *ratione materiae* do Tribunal de Justiça da União Europeia: domínios materiais e evolução à luz do Tratado de Lisboa
  
5. Os meios contenciosos no Tribunal de Justiça da União Europeia
  - 5.1 Enunciado e caracterização geral
  - 5.2 Aspetos gerais
  - 5.3 O regime dos meios contenciosos principais e incidentais: traços fundamentais
    - 5.3.1 O processo das questões prejudiciais
    - 5.3.2. A fiscalização da legalidade
      - 5.3.2.1 O recurso de anulação
      - 5.3.2.2 O processo por omissão

## **Divisão Académica**

### 5.3.2.3 A exceção de ilegalidade

### 5.3.3 A plena jurisdição

#### 5.3.3.1 O processo por incumprimento

#### 5.3.3.2 A ação de responsabilidade civil extracontratual da União Europeia

#### 5.3.3.3 Responsabilidade civil extracontratual da União Europeia e responsabilidade civil extracontratual dos Estados membros

### 5.3.4 O contencioso das sanções

### 5.3.5 As providências cautelares

#### 5.3.5.1 As providências cautelares decretadas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia

#### 5.3.5.2 As providências cautelares decretadas por tribunais nacionais

## 5.4 Regimes diferenciados dos meios contenciosos principais

## 6. A repartição de competência entre os Tribunais da União Europeia

### 6.1 Os critérios relevantes

### 6.2 Hierarquia e recursos entre os Tribunais da União Europeia

## 7. O processo no Tribunal de Justiça da União Europeia

### 7.1 Aspectos gerais: fase escrita e fase oral

### 7.2 Tramitações processuais diferenciadas

### 7.3 As sentenças e a sua execução

## 8. A relação entre o contencioso da União Europeia e as Ordens Jurídicas nacionais: aspetos gerais

## 9. O contencioso da União Europeia e a Ordem Jurídica portuguesa

### 9.1 O papel do juiz nacional e a colocação de questões prejudiciais

### 9.2 Ação por incumprimento e responsabilidade

### 9.3 A relevância das decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia na Ordem Jurídica interna e o recurso extraordinário de revisão

## 10. O contencioso da União Europeia e a Justiça Internacional universal e regional

### 10.1 Justiça Internacional universal: breve excuroso



## Divisão Académica

### 10.2 Justiça internacional regional: a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem

A componente lectiva está integrada no Módulo Europeu Jean Monnet «O papel da Actuação Externa da União Europeia no Mundo Global» (Tópicos 6 (O controlo jurisdicional da acção externa da União Europeia) e 9 (A União Europeia e as Organizações Internacionais e a Justiça Internacional))

#### *Componente prática*

Simulações e exercitações práticas relativas aos diversos meios contenciosos estudados no âmbito da unidade curricular.

## Bibliografia

### **Bibliografia básica**

#### Em língua portuguesa:

- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*, Coimbra, Almedina, 2013
- FAUSTO DE QUADROS/ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Contencioso da União Europeia*, 2.<sup>a</sup> ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 2009
- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010 (II, § 9 e § 10)
- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011 (§ 10, 10.1.5. e § 24)
- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa*, in AAVV, *O Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 71-94
- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2009

#### Em língua estrangeira:

- JEAN BOULOUIS/MARCO DARMON/JEAN-GUY HUGLO, *Contentieux communautaire*, 2.<sup>a</sup> ed, Paris, Dalloz, 2001



### Divisão Académica

MAURICE CHRISTIAN BERGERÈS, *Contentieux communautaire*, 2.<sup>a</sup> ed, Paris, PUF, 1998

HENRI G. SCHERMERS/DENIS F. WAELBROECK, *Judicial Protection in the European Communities*, 6.<sup>a</sup> ed., The Hague, Kluwer Law International, 2001

KOEN LENAERTS/DIRK ARTS/IGNACE MASELIS, *Procedural Law in the European Union*, 2.<sup>a</sup> ed., London, Sweet & Maxwell, 2006

RENÈ BARENTS, *The Court of Justice after the Treaty of Lisbon*, CMLR, 47, 2010, pp. 709-728

### Bibliografia complementar

#### Em língua portuguesa:

AFONSO PATRÃO, *Responsabilidade Extracontratual da Comunidade Europeia*, Coimbra, Almedina, 2008

FRANCISCO PAES MARQUES, *A Excepção de Ilegalidade no Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 2008

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO, *Os Tribunais nacionais na Ordem Jurídica da União Europeia – O caso português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013

\_\_\_\_\_*O acesso dos particulares ao recurso de anulação após o Tratado de Lisboa: remendos a um fato fora de moda*, in *O Direito*, N.º 5, 2010, p. 89 e ss

INÊS QUADROS, *A Função Subjectiva da Competência Prejudicial do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*, Coimbra, Almedina, 2007

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Efeitos dos acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias proferidos no âmbito de uma acção por incumprimento*, Coimbra, Almedina, 1997

\_\_\_\_\_*O Projecto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa e a competência ratione materiae do Tribunal de Justiça*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, p. 793-825

\_\_\_\_\_*Condenação de um Estado membro da União Europeia no pagamento de sanções pecuniárias: um princípio com futuro – Reflexões breves sobre o primeiro e o segundo acórdãos do Tribunal de Justiça que aplicam uma sanção pecuniária compulsória a um Estado membro*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pp. 621-638

\_\_\_\_\_*«Não há dois sem três»: o acórdão Comissão contra França e o seu contributo para a consolidação do poder sancionatório da União e das Comunidades Europeias sobre os Estados membros*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 955-978



### Divisão Académica

\_\_\_\_\_ *O poder sancionatório da União e das Comunidades Europeias sobre os Estados membros*, Coimbra, Almedina, 2006

\_\_\_\_\_ *O incumprimento do Direito da União Europeia: o caso de Portugal*, in *Revista de Estudos Europeus*, n.º 2, 2007, pp. 149-175

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Comunitário II, Contencioso Comunitário. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*, Cascais, Principia, 2003

MARIA LUÍSA DUARTE, LUÍS FERNANDES e FRANCISCO PEREIRA COUTINHO, *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses. O que fica do diálogo entre os juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia*, Lisboa, Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2011

MARIANA DE SOUSA E ALVIM, *A tutela judicial provisória dos particulares no âmbito do Direito Comunitário*, Cascais, Principia, 2008.

SOFIA OLIVEIRA PAIS, *A protecção dos particulares no âmbito do recurso de anulação depois do Tratado de Lisboa. Breves Reflexões*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Horster*, Porto, Almedina, 2012, pp. 1089-1103

\_\_\_\_\_ *Assimetrias no contencioso da União Europeia depois de Lisboa e a sensação de déjà vu...*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 559-574

#### Em língua estrangeira:

JOSÉ PALACIO GONZÁLEZ, *Derecho procesal y del Contencioso Comunitario*, Navarra, Aranzadi, 2000

### **Bibliografia complementar sobre o Tribunal de Justiça da União Europeia e meios contenciosos depois do Tratado de Lisboa**

#### Em língua estrangeira:

ADINOLFI, Adelina, *La Corte di Giustizia dell'Unione Europea dopo il Trattato di Lisbona*, *Rivista di Diritto Internazionale*, 1/2010, pp. 45-64

BALTHASAR, Stephan, *Locus Standi Rules for Challenges to Regulatory Acts by Private Applicants: The New Article 263(4) TFUE*, *ELR*, 35, 2010, pp. 542-550

COUTRON, Laurent, *Droit du contentieux de l'Union européenne*, *RTDE*, 46(3), 2010, pp. 599-616

EVERLING, Ulrich, *Lissabon-Vetrag regelt Dauerstreit über Nichtigkeitsklage Privater*, *EuZW*, 21, 2010, 15, pp. 572-576

KILBEY, Ian, *The Interpretation of Article 260 TFUE (ex 228 EC)*, *ELR*, 35, 2010, pp. 370-386

### Divisão Académica

- KOTTMANN, Matthias, Plaumanns *Ende: Ein Vorschlag zu Art. 263 Abs. 4 AEUV*, ZaöRV, 70, 2010, pp. 547-566
- LENAERTS, Koen, *The Contribution of the European Court of Justice to the Area of Freedom, Security and Justice*, ICLQ, 59, 2010, pp. 255-301
- LOCK, Tobias, *EU Accession to the ECHR: Implications for Judicial Review in Strasbourg*, ELR, 35, 2010, pp. 777-798
- MENGOZZI, Paolo, *Les caractéristiques spécifiques de l'Union européenne dans la perspective de son adhésion à la CEDH*, Dir, Un, Eur., 2/2010, pp. 231-245
- NASCIMBENE, Bruno – *European Judicial cooperation in criminal matters: what protection for individuals under the Lisbon Treaty?*, ERA Forum, 10, 2010, pp. 397-407
- SIMON, Denys, *Cour de Justice et Tribunaux de l'Union européenne*, AFDI, 2009, pp. 819-849
- STREINZ, Rudolf, *Die Rolle des EUGH im Prozess der Europäischen Integration. Anmerkungen zu gegenläufigen Tendenzen in der neueren Rechtsprechung*, AöR, 135, 2010, pp. 1-28
- THIELE, Alexander, *Das Rechtsschutzsystem nach dem Vertrag von Lissabon – (K)ein Schritt nach vorn?*, EuR, 45, 2010, pp. 30-50
- TIZZANO, A. e IANNUCELLI, Paolo, *La procédure préjudicielle d'urgence devant la cour de Justice, Premier bilan et nouvelles questions*, Dir. Un. Eur., 2012, p. 107 e ss.
- WITTE, Floris De, *The European Judiciary after Lisbon*, MJ, Vol. 15, 2008, 1, pp. 43-54

### **Bibliografia complementar sobre a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem**

- FIDALGO DE FREITAS, Tiago, *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a sua relação com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, p. 775 e ss.
- ILIOPOULOS-STRANGAS, Julia, PEREIRA DA SILVA, Vasco e POTACS, Michael (eds.), *The Accession of the European Union to the ECHR – The impact on the protection of fundamental rights in Europe*, 8th Congresso da Societas Iuris Publici Europaei (SIPE), Nomos, 2013
- JACQUÉ, Jean Paul, *The Accession of the European Union to the European Convention on Human Rights and Fundamental Freedoms*, CMLR, 48, 2011, 4, p. 995 e ss.,
- LOCK, Tobias, *EU Accession to the ECHR: Implications for Judicial Review in Strasbourg*, ELR, 35, 2010, pp. 777-798
- MALENOVSKÝ, Jiří, *L'enjeu délicat de l'éventuelle adhésion de l'Union européenne à la Convention européenne des droits de l'homme: de graves différences dans l'application*

### Divisão Académica

*du droit international, notamment général, par les juridictions de Luxembourg et de Strasbourg*, RGDIP, 113, 2009, 4, p. 753 e ss

MENGOZZI, Paolo, *Les caractéristiques spécifiques de l'Union européenne dans la perspective de son adhésion à la CEDH*, Dir. Un. Eur., 2010, p. 231 e ss.

RENUCCI, Jean-François, *Droit européen des droits de l'homme. Contentieux européen*, 4.<sup>a</sup> ed., Paris, L.G.D.J, 2010

SCHUTTER, Olivier De, *The Two Europes of Human Rights: The Emerging Division of Tasks Between the Council of Europe and the European Union in Promoting Human Rights in Europe*, Colum. J. Eur. L., 14, 2008, N.º 3, pp. 509-561

\_\_\_\_\_ *L'adhésion de l'Union européenne à la Convention européenne des droits de l'homme : feuille de route de la négociation*, RTDH, 21, 2010, n.º 83, pp. 535-571

TIZZANO, A., *Les Cours européennes et l'adhésion de l'Union à la CEDH*, Dir. Un. Eur., 2011, p. 29 e ss.

\_\_\_\_\_ *Quelques réflexions sur les rapports entre les cours européennes dans la perspective de l'adhésion de l'Union à la Convention EDH*, RTDE, 2011, p. 9 e ss.

### **Bibliografia complementar sobre o Tribunal de Justiça da União Europeia e meios contenciosos à luz do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa**

SOBRINO HEREDIA, José Manuel, *El sistema jurisdiccional en el proyecto de Tratado constitucional de la Unión Europea*, Rev. Der. Com. Eur., 2003, p. 993 e ss.

TIZZANO, A., *La "Costituzione europea" e il sistema giurisdizionale comunitario*, Dir. Un. Eur., 8, 2003, 2/3, p. 455 e ss.

### **Bibliografia complementar sobre o Tratado de Lisboa**

#### Em língua portuguesa:

AAVV, *O Tratado de Lisboa*, Revista de Estudos Europeus, 2008, n.º 4

AAVV, *O Tratado de Lisboa*, O Direito, 5, 2010

AAVV, *O Tratado de Lisboa (Jornadas organizadas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)*, Coimbra, Almedina, 2012

DUARTE, Maria Luísa, *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011

GUERRA MARTINS, Ana Maria, *Ensaio sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011

### Divisão Académica

PAIS, Sofia Oliveira, *Estudos de Direito da União Europeia*, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Almedina, 2014

#### Em língua estrangeira:

BARATTA, R. , *Le principali novità del Trattato di Lisbona (The main innovations by the Treaty of Lisbon)*, Dir. Un. Eur., 1/2008, pp. 21-70

CALLIESS, Christian, *Die Neue Europäische Union nach dem Vertrag von Lissabon. Ein Überblick über die Reformen unter Berücksichtigung ihrer Implikationen für das deutsche Recht*, Mohr Siebeck, Tübingen, 2010

CRAIG, Paul, *The Treaty of Lisbon: Process, architecture and substance*, ELR, 2008, 33, pp. 137-166

BROSSET, E., CHEVALLIER-GOVERS, C., EDJAHARIAN, V. e SCHNEIDER, C., *Le traité de Lisbonne. Reconfiguration ou déconstitutionnalisation de l'Union européenne?*, Bruxelles, Bruylant, 2009

DE BÚRCA, Gráinne, *The EU on the Road from the Constitutional Treaty to the Treaty of Lisbon*, Jean Monnet Working Paper 03/08, NYU School of Law, New York, 2008

DONY, Marianne, *Après la réforme de Lisbonne. Les nouveaux traités européens*, Bruxelles, Éditions de l' Université de Bruxelles, 2008

DUFF, Andrew, *Saving the European Union, the Logic of the Lisbon Treaty*, Shoehorn, London, 2009

FISCHER, Klemens H., *Der Vertrag von Lissabon*, Nomos, Baden-Baden, 2010

HUMMER, Waldemar e OBWEXER, Walter (org.), *Der Vertrag von Lissabon*, Nomos, Baden-Baden, 2009

JACQUÉ, Jean-Paul, *La complexité d'un traité simplifié. Le traité de Lisbonne et la coexistence des trois traités*, RAE-ELA, 2007-2008/2, pp. 177-184

\_\_\_\_\_ *Le traité de Lisbonne. Une vue cavalière*, RTDE, 44 (3), 2008, pp. 439-483

LENAERTS, Koen, *De Rome à Lisbonne, La constitution européenne en marche*, CDE, 2008, Ln.º 3-4, pp. 229-253

LUZÁRRAGA, Francisco Aldecoa e LLORENTE, Mercedes Guinea – *La Europe que viene: El Tratado de Lisboa*, Madrid, Marcial Pons, 2010

MAGANZA, Giorgio, *The Lisbon Treaty: a Brief Outline*, FILJ, 31, 2008, pp. 1603-1613

MARCHETTI, Andreas e DEMESMAY, Claire (org.), *Der Vertrag von Lissabon. Analyse und Bewertung*, Nomos, Baden-Baden, 2010

PACHE, Eckhard e RÖSCH, Franziska, *Der Vertrag von Lissabon*, NVwZ, 5, 2008, pp. 473-592

PERNICE, Ingolf, *Der Vertrag von Lissabon: Reform der EU ohne Verfassung? (Kolloquium zum 10. Geburtstag des WHI)*, Nomos, Baden-Baden, 2008

### Divisão Académica

PRIOLLAUD, François-Xavier e SIRITZKY, David – *Le traité de Lisbonne, Texte et commentaire article par article des nouveaux traités européens (TUE-TFUE)*, Paris, La Documentation Française, 2008

STREINZ, Rudolf, *Die »Verfassung« der Europäischen Union nach dem Scheitern des Verfassungsvertrages und dem Vertrag von Lissabon*, Zeitschrift für Gesetzgebung, 1, 2008, pp. 104-126

ZILLER, Jacques, *Les nouveaux traités européens: Lisbonne et après*, Paris, Montchrestien, 2008

### **Bibliografia complementar sobre o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa**

#### Em língua portuguesa:

AAVV, *Portugal e o Tratado “que estabelece uma Constituição para a Europa”*, O Direito, ano 137.º, 2005, IV-V

GUERRA MARTINS, Ana Maria, *O Projecto de Constituição Europeia. Contributo para o Debate sobre o Futuro da União*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2004

#### Em língua estrangeira:

AMATO, Giuliano, BRIBOSIA, Hervé e De WITTE, Bruno (eds.), *Genèse et destinée de la Constitution européenne. Commentaire du Traité établissant une Constitution pour l'Europe à la lumière des travaux préparatoires et perspectives d'avenir – Genesis and Destiny of the European Constitution, Commentary on the Treaty establishing a Constitution for Europe in the light of the travaux préparatoires and future prospects*, Bruxelles, Bruylant, 2007

CONSTANTINESCO, Vlad, GAUTIER, Yves e MICHEL, Valérie, *Le Traité Établissant Une Constitution pour l'Europe. Analyses & Commentaires*, Presses Universitaires de Strasbourg, Strasbourg, 2005

DE SCHUTTER, Olivier e NIHOUL, Paul, *L'Europe en voie de Constitution*, Bruxelles, Larcier, 2004

DONY, Marianne e BRIBOSIA, Emmanuelle, *Commentaire de la Constitution de l'Union européenne*, Bruxelles, Éditions de l' Université de Bruxelles, 2005

DOUGAN, Michael, *The Treaty of Lisbon 2007: Winning minds, not Hearts*, CMLR, Vol. 45, N.º 3, 2008, pp. 617-703

PIRIS, Jean-Claude, *The Constitution for Europe, A Legal Analysis*, Cambridge, University Press, 2006



### **Divisão Académica**

STROZZI, Girolamo, *Alcune riflessioni sul Trattato che adotta una Costituzione per l'Europa*, Studi sull'integrazione europea, 1, 2006, pp. 229-257



## **Divisão Académica**

### **Outros elementos de estudo**

#### **Simulações e exercícios práticos:**

A disponibilizar pelo Professor Regente no início do semestre.

#### **Colectânea de casos práticos:**

FAUSTO DE QUADROS, Fernando LOUREIRO BASTOS e Maria José Rangel de Mesquita, *Contencioso da União Europeia – Casos Práticos*, Lisboa, AAFDL, 2004

#### **Tratados institutivos e Direito derivado:**

- Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia decorrentes das modificações introduzidas pelo Tratado de Lisboa e (JOUE C 326 de 26/10/2012, p. 1 e ss.) e alterações subsequentes
- Protocolo (N.º 3) relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia (com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE, EURATOM) N.º 741/2012, do PE e do Conselho de 11 de agosto de 2012 *que altera o protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia e o seu Anexo I*, JOUE L 228, de 23/08/2012, p. 1 e ss.) e pelo Acto relativo às condições de adesão da Croácia à União Europeia (JO L 112, de 24/04/2012, p. 21 e ss.)
- Decisão do Conselho de 2 de Novembro de 2004 que institui o Tribunal da Função Pública da União Europeia (JO L 333, de 9/11/2014, p. 7 e ss.)
- Decisão do Conselho de 25 de Junho de 2013 que aumenta o número de advogados-gerais do Tribunal de Justiça da União Europeia (JO L 179, de 29/06/2013, p. 92)
- Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça (JOUE L 265 de 29/9/2012, p. 1 e ss., rectificado pela retificação publicada no JOUE L 274, de 9/10/2012, p. 34 e ss.) alterado em 18 de Junho de 2013 (JO L 173 de 26/06/2013, p. 65)
- Regulamento de Processo do Tribunal Geral (JO L 136, de 30/05/1991, p. 1 e ss. e sucessivas alterações, a última das quais publicada no JO L 173, de 26/06/2013, p. 66 e ss.)



### **Divisão Académica**

- Regulamento de Processo do Tribunal da Função Pública da União Europeia (JO L 225 de 29/08/2007, p. 1 e ss.) e sucessivas alterações, a última das quais publicada no JOUE L 162 de 22/06/2011, p. 19 e ss.)

#### **Documentos do TJUE:**

- Recomendações à atenção dos órgãos jurisdicionais nacionais, relativas à apresentação de processos prejudiciais (JOUE C 338, de 6/11/2012, p. 1 e ss.)
- Instruções práticas às partes relativas aos processos no Tribunal de Justiça (JO L31, de 31/01/2014, p. 1 e ss.)
- Instruções práticas às partes perante o Tribunal Geral (JO L 68, de 7/03/2012, p. 23 e ss., rectificado pelo JO L 73, de 13/03/2012, p. 23)
- Instruções práticas às partes sobre o processo judicial no Tribunal da Função Pública da União Europeia (JO L 260, de 27/09/2012, p. 6 e ss.)

#### **Documentos da Comissão:**

- Comunicação da Comissão relativa à aplicação do artigo 228.º do Tratado CE (2005) - SEC (2005) 1658
- Comunicação da Comissão – Aplicação do artigo 260.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia – Atualização dos dados usados para o cálculo das sanções de quantia fixa e das sanções pecuniárias compulsórias que a Comissão propõe ao Tribunal de Justiça no quadro de processos por incumprimento (2010) - SEC (2010) 923/3
- Comunicação da Comissão – Aplicação do artigo 260.º, n.º 3, do TFUE (2010) - SEC (2010) 1371 final, de 11/11/2010
- Comunicação da Comissão – Aplicação do artigo 260.º, n.º 3, do TFUE (2011) - JOUE C 12 de 15/01/2011, p. 1 e ss. (2011/C 12/01)
  
- Comunicação da Comissão – Atualização dos dados usados para o cálculo das sanções de quantia fixa e das sanções pecuniárias compulsórias que a Comissão propõe ao Tribunal de Justiça no quadro de processos por incumprimento (2011) - C (2011) 1024 final, de 1/9/2011
  
- Comunicação da Comissão – Atualização dos dados usados para o cálculo das sanções de quantia fixa e das sanções pecuniárias compulsórias que a Comissão propõe ao Tribunal de Justiça no quadro de processos por incumprimento (2012) - C (2012) 6106 final, de 31/8/2012
  
- Comunicação da Comissão – Atualização dos dados usados para o cálculo das sanções de quantia fixa e das sanções pecuniárias compulsórias que a Comissão propõe ao Tribunal de Justiça no quadro de processos por incumprimento (2013) - C (2013) 8181 final, de 21/11/2013



## Divisão Académica

- 30.º Relatório Anual sobre o Controlo da Aplicação do Direito da UE (2011), apresentado pela Comissão (COM (2013)726 final, de 22/10/2013)

### Documentos relativos à adesão da UE à CEDH

- Documento de reflexão do TJUE sobre determinados aspetos da adesão da União Europeia à CEDH, de 5 de maio de 2010

- Comunicação conjunta dos Presidentes do TEDH e do TJUE de 24 de janeiro de 2011

- Documento de trabalho CDDU-EU (2011)16, de 19 de julho de 2011 (Projeto de instrumentos jurídicos de adesão da UE à CEDH).

- Documento CDDH(2011)009 de 14 de outubro de 2011 – Projeto de instrumentos jurídicos para a adesão da UE à CEDH (Projeto de acordo de adesão (I), Projeto de regra a acrescentar à regras do Comité de Ministros (II) e Projeto de relatório explicativo do Acordo de adesão (III))

- Documentos 47+1(2013)008 de 5 de Abril de 2013 e 47+1(2013) 008rev2 de 10 de Junho de 2013– Relatório final para o CDDH e Anexos (Projeto revisto de de acordo de adesão (I), Projecto de declaração da União Europeia (II) Projeto de regra a acrescentar à regras do Comité de Ministros (III), Projecto de memorando de acordo entre a União Europeia e X (IV) e Projeto de relatório explicativo do Acordo de adesão (V))

### Sites relevantes para o estudo da unidade curricular:

<http://europa.eu>

<http://curia.europa.eu>

[www.echr.coe.int](http://www.echr.coe.int)

[www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

### Jurisprudência básica:

#### Questões prejudiciais

Ac. 30/6/66, *Vaassen-Göbbels*, proc. 61/65

Ac. 22/10/1987, *Foto-Frost*, proc. 314/85

Ac. 6/10/1982, *Cilfit*, proc. 283/81

### Divisão Académica

Despacho de 13/3/1996, *Banco de Fomento e Exterior*, proc. C-326/95

#### Recurso de anulação

Ac. 15/7/1963, *Plaumann*, proc. 25/62

Ac. TPI 3/5/2002, *Jégo-Quééré*, proc. T-177/01

Ac. 1/4/2004, *Jégo-Quééré*, proc. C-263/02 P

Ac. 18/5/1994, *Codorniu*, proc. C-309/89

Ac. 25/07/2002, *UPA*, proc. C-50/00P

Ac. 10/12/2002, *Comissão/Camar e Tico*, proc. C-312/00P,

Ac. 13/07/2004, *Comissão c. Alemanha*, proc. C-27/04

Ac. TG, 25/10/2011, *Microban*, proc.º T-262/10

Ac. 3/10/2013, *Inuit*, proc. C-583/11P

Ac. 15/01/2014, *Comissão c. Portugal*, proc. C-292/11P

#### Acção de responsabilidade civil extracontratual

Ac. 4/7/2000, *Bergaderm*, proc. C-352/98P

#### Responsabilidade civil extracontratual do Estado

Ac. 19/11/1991, *Francovich*, procs. C-6/90 e C-9/90

Ac. 5/3/1996, *Brasserie du Pêcheur*, procs. C-46/93 e C-48/93

Ac. 30/9/2003, *Köbler*, proc. C-224/01

Ac. 13/6/2006, *Traghetti*, proc. C-173/03

#### Processo por incumprimento

Ac. 12/7/2005, *Comissão c. França*, proc. C-304/02

Ac. 31/03/2011, *Comissão c. Grécia*, proc. C-407/09

Ac. 17/11/2011, *Comissão c. Itália*, Proc. C-496/09

Ac. 24/11/2011, *Comissão c. Itália*, C-379/10

Ac. 10/1/2008, *Comissão c. Portugal*, proc. C-70/06

Ac. 14/10/2004, *Comissão c. Portugal*, proc.º C-275/03

#### Providências cautelares

Ac. 19/6/1990, *Factortame*, proc. C-213/89

Ac. 9/11/1995, *Atlanta*, proc. C-465/93

Despacho do Presidente do TJ 10/10/1989, *Comissão c. Reino Unido*, proc. 246/89R

Ac. 13/03/2007, *Unibet*, proc. C-432/05



### **Divisão Académica**

#### Ex-Artigo 47.º TUE (artigo 40.º TUE)

Ac. 20/5/2008, *Comissão c. Conselho, ECOWAS*, C-91/05

Ac. 13/9/2005, *Comissão c. Conselho*, C-176/03

Ac. 23/10/2007, *Comissão c. Conselho*, proc.º C-440/05

#### O contencioso da União Europeia e as Ordens Jurídicas nacionais

Ac. 26/1/2010, *Transportes Urbanos*, proc.º C-118/08

#### O contencioso da União Europeia e a Ordem Jurídica Portuguesa

Ac. TG de 29/03/2011, *Comissão c. Portugal*, proc.º T-33/09

Ac. 14/9/2000, *Mendes Ferreira*, proc.º C-348/98

Ac. 29/09/1999, *Modelo SGPS SA*, proc.º C-56/98

Ac. 1/09/2000, *Modelo Continente SGPS SA*, proc. C-19/99

Ac. 9/06/2011, *Ambrósio Lavrador*, proc.º C-409/09

Ac. 17/03/2011, *Manuel Carvalho Ferreira Santos*, proc. C-484/09

Ac. 23/10/2012, *Marques Almeida*, proc.º C-300/10

Ac. TRP 7/4/2005 (proc.º N.º 0530820)

Ac. TCAN 8/3/2007 (proc.º N.º 00996/04.3BEBRG)

Ac. STJ 27/11/2007 (proc.º N.º 07A3954)

Ac. TRG 23/04/2009 (proc.º 9180/07.3BBRG.G1)

Ac. STJ 3/12/2008 (proc.º N.º 9180/07.3TBBERG.G1.)

#### Adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Ac. TEDH de 30/06/2005, *Bosphorus*, petição n.º 45036/98

Ac. TEDH de 20/01/2009, *Cooperative Producentenorganisatie*, petição n.º 13645/05

Ac TEDH de 21/01/2011, *M.S.S c. Bélgica*, petição n.º 30696/09

Ac. TJ de 21/12/2011, proc.º C- 411/10 e Conclusões da Advogada-Geral Trstenjak de 22/09/2011

**Consultar a página da unidade curricular na Plataforma E-Learning da UL**